



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 372/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00278 - PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Governo

UNIDADE: Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita acesso ao relatório integral do questionário do sistema e-Prevenção/PNPC, e relatório integral de diagnóstico fornecido pelo sistema e-Prevenção/PNPC. Ausência de Resposta. Provimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 372/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, conforme consta do Protocolo SIC ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta do órgão motivou o apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instada a sanar a supressão de instância, o órgão ficou-se silente.
4. Deve-se consignar que o direito a acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto.

Classif. documental

999.99.99.999

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 25/11/2022 às 13:36:07.

CGEDES202205184A

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



5. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir o procedimento previsto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação – LAI) e no Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.

6. Constatada a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação, conhecimento do recurso, e no mérito, dou-lhe provimento, com fundamento no artigo 20, inciso IV, do Decreto nº 58.052/2012.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 25 de novembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público